

TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Rua Castilho, 20
1250-069 Lisboa
Tel. 21 311 12 00
Fax 21 353 52 41

TAGUS - STC, S.A.

Sociedade Titularização de Créditos

Relatório Anual de 2010

TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Em conformidade com o que está preceituado nos termos das disposições aplicáveis pelo Código das Sociedades Comerciais, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o respectivo anexo da "Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, SA" referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

De acordo com as disposições legais aplicáveis, as demonstrações financeiras da Sociedade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela EU em vigor nessa data.

Tendo em consideração as regras de desreconhecimento definidas na IAS 39, e apesar da natureza e características das operações sob gestão, as mesmas continuam a ser apresentadas no Balanço da Sociedade, dado que de acordo com a lei portuguesa a Sociedade é o último responsável por quaisquer eventos relacionados com as referidas operações, o que impede o seu desreconhecimento.

1º Constituição e Objecto Social

A Tagus, STC, S.A. iniciou a sua actividade em 11 de Novembro de 2004, tendo por objecto o exercício de actividades permitidas por lei às sociedades de titularização de créditos, nomeadamente a realização de operações de titularização de créditos, mediante a aquisição, gestão e transmissão de créditos e a emissão de obrigações titularizadas para o pagamento dos créditos adquiridos.

2º Actividade

No exercício de 2010 a sociedade efectuou três novas operações:

- "Hipototta nº 11 Securitisation Notes": esta operação consistiu na aquisição de um portfólio de créditos hipotecários do Banco Santander Totta, S.A. no montante de 2.000.000.000 e respectivamente, a emissão de obrigações titularizadas divididas em três tranches: Euros 1.760.000.000 Class A, Euros 240.000.000 Class B, Euros 40.000.000 Class C.

- "Nostrum Mortgage nº 2 Securitisation Notes": esta operação consistiu na aquisição de um portfólio de créditos hipotecários da Caixa Geral de Depósitos no montante de 5.345.050.000 e respectivamente, a emissão de obrigações titularizadas divididas em três tranches: Euros 4.008.800.000 Class A, Euros 1.336.250.000 Class B, Euros 84.900.000 Class C.

- "Caravela SME nº 2 Securitisation Notes": esta operação consistiu na aquisição de um portfólio de créditos hipotecários do Banco Comercial Português, S.A. no montante de 2.720.412.467 e respectivamente, a emissão de obrigações titularizadas divididas em três tranches: Euros 1.260.000.000 Class A, Euros 1.080.000.000 Class B, Euros 37.300.000 Class C e Euros 363.778.467 Residual Variable Funding Notes.

Estas obrigações foram colocadas particularmente e registadas subsequentemente junto da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM).

Os activos adquiridos nas operações acima indicadas cumprem os requisitos de que a lei da Titularização de Créditos faz depender a possibilidade de cessão para titularização.

TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

3º Operações de titularização a 31 de Dezembro de 2010

<i>Designação</i>	<i>Data de Constituição</i>	<i>Montante</i>
Pérola nº 1 Securitisation Notes	15-12-2005	150.000.000
Altis nº 1 Securitisation Notes	29-12-2006	182.084.445
Rose nº 1 Securitisation Notes	19-12-2007	160.000.000
Aqua Mortgage nº 1 Securitisation Notes	09-12-2008	236.500.000
Magma nº 1 Securitisation Notes	30-12-2008	60.000.000
Energy On nº 1 Securitisation Notes	06-03-2009	1.202.632.721
Aqua Finance nº 3 Securitisation Notes	30-06-2009	213.210.000
Energy On nº 2 Securitisation Notes	03-12-2009	421.166.504
Hipototta nº 11 Securitisation Notes	05-07-2010	1.926.550.874
Nostrum Mortgage nº 2 Securitisation Notes	05-11-2010	5.429.950.000
Caravela SME nº 2 Securitisation Notes	23-12-2010	2.697.300.000

4º Fundos Próprios

Face às operações de titularização e às obrigações decorrentes da legislação em vigor, em 31 de Dezembro de 2010 o capital social encontrava-se totalmente realizado, no montante de EUR: 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil Euros), tendo o accionista Deutsche Bank (Portugal), S.A. efectuado prestações acessórias de capital à sociedade, no montante total de EUR: 2.397.040 (Dois milhões trezentos e noventa e sete mil e quarenta euros), e prestações acessórias subordinadas no montante total EUR: 11.569.169 (Onze milhões quinhentos e sessenta e nove mil cento e sessenta e nove euros).

As prestações acessórias subordinadas terão o prazo de 10 anos, podendo ser amortizadas antecipadamente mediante autorização da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e serão efectuadas pelo accionista único numa base remunerada anualmente a partir de resultados distribuíveis pelos accionistas e gerados no ano de referência da remuneração, à taxa de juro correspondente à Euribor 12 meses acrescida de 6%. Os juros serão pagos anualmente no dia 1 ou no dia útil imediatamente seguinte ao mês de início da constituição das prestações acessórias subordinadas.

Estes valores compõem os fundos próprios da Sociedade em montante suficiente para cumprir com os rácios prudenciais em matéria de fundos próprios previstos no artigo quadragésimo terceiro da lei da Titularização de Créditos, bem como com os requisitos constantes do Regulamento da CMVM número 12/2002 de dezoito de Julho.

TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

5º Principais indicadores

<i>EUR</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>
Total do Balanco	12.654.398.024	2.805.022.051
Capitais Próprios	2.844.300	2.776.210
Proveitos Totais	348.663.367	165.169.452
Despesas Totais	348.417.407	164.994.195
Resultado do exercício	182.090	127.731

6º Perspectivas para 2011

Para 2011, a sociedade irá procurar reforçar a sua carteira de negócios no mercado português de titularização de créditos, apesar da situação económica internacional e nacional não perspectivar uma significativa recuperação da economia Portuguesa.

7º Gestão de risco

A gestão integrada dos riscos - Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e outros - constitui um dos vectores primordiais de suporte a uma estratégia de crescimento sustentada e à manutenção de uma adequada relação entre o nível de fundos próprios e a actividade desenvolvida, assim como uma correcta avaliação do perfil de risco/retorno das diferentes linhas de negócio.

Na análise efectuada aos riscos emergentes da actividade da companhia elencou-se como possível de ser incorrido o risco Operacional.

Por risco operacional entende-se as perdas potenciais resultantes de falhas ou inadequação dos processos internos, das pessoas ou dos sistemas ou ainda, de eventos externos.

O Grupo Deutsche Bank Portugal garante às suas participadas a adopção, desde sempre, de princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente, através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, os limites de exposição, os códigos deontológicos e de conduta os indicadores chave, os controlos ao nível informático os planos de contingência, os acessos físicos e lógicos, as actividades de reconciliação, os relatórios de excepção e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

8º Estrutura e Práticas de Governo Societário

A sociedade é detida a 100% pelo Deutsche Bank (Portugal), S.A..

As regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade e à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração são as constantes da lei.

O Conselho de Administração tem os poderes que lhe são atribuídos pela lei e pelos estatutos da sociedade, podendo, nomeadamente, determinar o aumento do capital social da sociedade por uma ou mais vezes, durante um período de cinco anos, até um limite máximo de dez milhões de euros; e, com respeito pelas limitações legais aplicáveis, recorrer a instrumentos financeiros de baixo risco e elevada liquidez.

Enquanto subsidiária do Deutsche Bank (Portugal), S.A., as contas da Tagus são consolidadas com as daquela instituição, o que significa que o acompanhamento da evolução da empresa segue os mesmos parâmetros do próprio Deutsche Bank (Portugal), S.A.. A prestação de informação financeira às autoridades que a supervisionam, nomeadamente as informações para o Banco de Portugal e para a CMVM, a elaboração das demonstrações financeiras e reporting da Tagus adopta os mesmos critérios de segurança e fiabilidade adoptados para o próprio Banco. As contas da Tagus estão também sujeitas ao cumprimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS / NIC).

Declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

1. Os membros do Conselho de Administração não são remunerados durante o mandato de 2010 a 2012, sem prejuízo da remuneração que auferam através de outras entidades do Grupo Deutsche Bank.
2. Os membros efectivos do Conselho Fiscal da Sociedade receberam no ano de 2010 uma retribuição anual correspondente a EUR 2000 como pagamento do tempo dispendido na prossecução das competências que lhes são atribuídas nos termos dos estatutos e da lei.
3. O revisor oficial de contas da Tagus designado para o triénio de 2010 a 2012, KPMG, SROC, S.A., foi remunerado em 2010 nos termos do contrato de prestação de serviços celebrado com a Sociedade num valor anual correspondente a EUR 2.363.

9º Informação exigida pelo Artº. 448, N.º. 4 do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas titulares de pelo menos um décimo, um terço, ou metade do capital, em 31 Dezembro de 2010:

Deutsche Bank (Portugal), S.A., detentor de 50.000 acções, correspondentes a 100% do capital e dos respectivos direitos de voto.

TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

10º Proposta de Aplicação de Resultados

A Tagus, SA apresentou em 2010 um resultado bruto de Eur: 245.960, a que corresponde um imposto a pagar de Eur: 63.870, determinado de acordo com a legislação aplicável.

O resultado líquido foi assim de Eur: 182.090, o que, de acordo com as disposições legais e estatutárias, terá a seguinte aplicação:

Reserva Legal	18.209
Dividendos	157.000
Resultados Transitados	6.881
Total	182.090

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011



Francisco Oliveira

(vogal)

O Conselho de Administração



Joaquim Baptista

(vogal)



Filipe Crisóstomo Silva

(Presidente)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da **Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 12.657.155.606 euros e um total de capital próprio de 2.844.300 euros, incluindo um resultado líquido de 182.090 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da referida Sociedade:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IFRS”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades das Sociedades de Titularização de Créditos;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 29 de Março de 2011



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (SROC nº 189)

representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida (ROC nº 967)